

Introdução

A escolha do meu tema de dissertação foi feita a partir da necessidade de entender um pouco mais sobre o Timor Leste, região durante muito tempo praticamente desconhecida do público brasileiro, que se tornou popular na década de 1990 por meio de sua presença constante nos noticiários (e que ganhou a simpatia da opinião pública em função do passado comum de colonização portuguesa). A sua grande presença na mídia aconteceu principalmente a partir de agosto/setembro de 1999, com a catástrofe humanitária que ocorreu no território após o anúncio do resultado da consulta popular.

O Timor Leste acabou aproximando-me de um “vizinho” seu, um país praticamente “estranho” no meio acadêmico brasileiro – a Austrália. No Brasil, quase não temos especialistas em Austrália, e a bibliografia das áreas de História e Relações Internacionais sobre o país é bastante escassa. Daí surgiu a idéia de conhecer melhor esse país, entender a sua relação com os países do Sudeste Asiático e, principalmente, compreender a sua influência na questão do Timor Leste ao longo desses vinte e quatro anos de autoridade indonésia.

O tema de minha dissertação é a política externa australiana para o Timor Leste entre 1975 e 1999. A sua relevância está em grande parte associada à sua atualidade. Acredito que uma análise histórica sobre o posicionamento da sociedade internacional frente à invasão do Timor Leste é muito importante no momento em que o país finalmente alcança a sua independência e se torna o mais novo Estado-membro do sistema internacional. No atual contexto, onde a Austrália já exerce grande influência sobre o novo país, torna-se mais importante do que nunca conhecer a sua política externa para o território durante esse longo período de domínio indonésio.

O meu principal objetivo na dissertação é explicar como a política australiana para o Timor Leste se modificou, de uma posição “conivente” com a invasão e o domínio indonésio durante mais de vinte anos – tendo a Austrália inclusive sido o único país a reconhecer *de jure*, ainda durante a década de 1970, a soberania indonésia sobre o Timor Leste – para uma postura de engajamento na discussão sobre

o futuro do território, que culmina com a participação do país na intervenção internacional, assumindo o papel de liderança da força multinacional.

É importante deixar claro que não estou trabalhando com formulação de política externa, a partir do estudo do processo decisório. Estou realizando um estudo (histórico) da política externa australiana tomando como eixo explicativo o paradigma realista das relações internacionais, que percebe os Estados como os principais atores do sistema internacional e enfatiza a política de poder nesse cenário.

Estou encarando o Estado como “caixa-preta”, a partir da premissa do ator unitário. Adoto também a suposição realista de que o sistema internacional é formado por atores racionais (que analisam as alternativas possíveis para o alcance de suas metas à luz de suas capacidades), motivados em primeiro lugar pelo desejo de garantir a sua segurança.

Os autores realistas de um modo geral tendem a enfatizar a diferença entre a estrutura organizacional da política doméstica e da política internacional. A primeira se basearia em uma estrutura hierárquica, na qual os diferentes atores políticos interagem através de relações de subordinação. Nessa esfera, os atores precisam se submeter às regras da lei ou então arcar com as conseqüências. A segunda é uma estrutura anárquica, em função da ausência de qualquer autoridade central acima dos Estados. Nesse ambiente, não existe um sistema internacional legal autônomo eficaz, com capacidade de obrigar os Estados a prestarem contas do seus comportamentos.

Essa diferenciação entre a política doméstica e a política internacional é que explica a distinção que alguns autores fazem entre o padrão moral dos indivíduos e dos Estados. Segundo Carr (1964), essa distinção se deve ao fato do Estado ser o repositário do poder político e não existir no sistema internacional nenhuma autoridade superior a ele capaz de lhe impor um padrão mínimo de comportamento moral, como ele impõe aos indivíduos.

No sistema internacional, onde não existe um governo global, a auto-ajuda é o princípio de ação dos Estados. Cada ator estatal é responsável por assegurar a sua sobrevivência e bem-estar. Independente do seu grau de poder no sistema internacional, todos os Estados vinculam o seu “interesses nacional” à questão da sua auto-preservação. Todavia, os Estados também possuem interesses em outras áreas

(*low politics*) como comércio, finanças, etc., ainda que subordinados à questão da maximização da segurança (*high politics*).

Embora não exista hierarquia de autoridade no sistema internacional, existe hierarquia em relação à distribuição de poder. Logo, a capacidade de cada Estado de perseguir os seus objetivos varia de acordo com a sua localização no sistema internacional e, mais especificamente, com o seu poder relativo (WALTZ, 1979). Um dos mecanismos utilizados pelos Estados para garantir a sua segurança e preservar a sua soberania é a balança de poder. Esse mecanismo busca assegurar um equilíbrio de poder no sistema internacional, onde nenhum Estado ou coalizão de Estados esteja em uma posição de domínio sobre os outros.

Tomando esses pressupostos realistas como base, organizei a dissertação em três capítulos. No primeiro deles, apresento a questão do Timor Leste a partir de uma perspectiva histórica, desde a colonização portuguesa na região, passando pela invasão indonésia, em 7 de dezembro de 1975, durante o processo de descolonização, e dando destaque a reação da comunidade internacional a este episódio. Depois parto para a década de 1990, focando as negociações entre Portugal e Indonésia sob a égide da ONU, que possibilitaram a realização do referendo no Timor Leste em 30 de agosto de 1999, e abordo também os tristes acontecimentos que ocorreram após o anúncio do resultado da votação.

É importante ressaltar que o meu objetivo nesse capítulo é apresentar um panorama geral sobre a situação do Timor Leste ao longo desses mais de vinte anos, o qual dê ao leitor subsídios para compreender as origens do problema, assim como o papel da comunidade internacional no seu desenvolvimento. Em função disso, me privei de uma análise histórica detalhada e omiti períodos em que as negociações estiveram “estagnadas”.

Muito embora eu não tenha aprofundado a questão da resistência timorense, uma vez que essa temática extrapolava os limites da minha dissertação, ela é de extrema importância. Apesar de todo o aparelho repressivo e da grande presença militar no Timor Leste durante todos esses anos de autoridade indonésia, ambos não foram capazes de dominar a resistência do povo e da guerrilha conduzida pelas Falintil (braço armado da Fretilin). Como destaca muito bem Rosely Forganés

(2002), os guerrilheiros mal nutridos das Falintil lutaram durante vinte e quatro anos contra um dos maiores e mais bem armados exércitos da Ásia, que chegou a ter sessenta mil soldados no território, e nunca menos de trinta mil, e que portavam armamentos extremamente modernos.

Segundo o comandante das Falintil, Falur Rate Laek:

“(...) Nós combatemos sozinhos um dos maiores exércitos do mundo, que tinha apoio financeiro, político, militar, diplomático, de formação e tecnologia, das grandes potências para nos esmagar. Até napalm, lançaram toneladas de napalm sobre a nossa companhia, de 1975 a 1989. Aquilo tudo ardeu, nada mais nasce. Os indonésios tinham armas dos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Austrália, os campeões da defesa dos direitos humanos no mundo. Nós nos orgulhamos porque conseguimos resistir. Tudo o que nós recebemos foi apoio diplomático. O Timor está situado numa área geopolítica em que todos os países apoiavam a Indonésia, não havia como introduzir nada aqui. É um problema de interesse econômico e de hipocrisia mundial” (FORGANES, pp.131-132).

No capítulo 2, trato da inserção regional da Austrália, também a partir de uma perspectiva histórica. Enfatizo o relacionamento da Austrália com os países do Sudeste Asiático, em especial com a vizinha Indonésia, desde a década de 1950 até o final da década de 1990. Observo a forma como a Austrália enfrentou o desafio de conciliar as suas tradições ocidentais (anglo-saxãs) com a sua posição geográfica de proximidade com a Ásia do Pacífico. Saliento como durante todo esse tempo, a sua aliança com os Estados Unidos e a busca de um bom relacionamento com a Indonésia condicionaram a posição australiana com relação ao Timor Leste.

No capítulo 3, eu apresento um histórico do envolvimento da Austrália na questão do Timor Leste, desde o início do processo de descolonização em 1974, até 1999, quando ocorre a intervenção internacional na região. Nesse capítulo, destaco o longo período de mais de vinte anos de continuidade da política externa australiana e aponto razões para a sua inflexão no final da década de 1990, a partir de um maior envolvimento nos debates sobre o futuro do território. O meu trabalho se estende até o momento que o Conselho de Segurança das Nações Unidas autoriza o envio da força internacional para o território (15 de setembro de 1999), não abarcando uma análise da intervenção internacional em si.

Ao longo de todo o trabalho, eu procurei explicar o escopo e a ambição da política externa australiana para o Timor Leste a partir da posição do país no sistema internacional e das suas capacidades relativas de poder (durante todo o período da análise - 1975-1999). Em função disso, organizei o terceiro capítulo da seguinte forma: num primeiro momento, eu exponho a posição da política australiana - que qualifico como “omissa” - no momento da invasão do Timor Leste. Em seguida, apresento a forma como a Austrália mantém esse mesmo tipo de política pragmática durante mais de duas décadas, até que finalmente, evidencio o momento de inflexão nessa política no final da década de 1990.

A nossa linha de análise coincide com a posição de Morgenthau (1963) quando esse afirma que a idéia de interesse é a essência da política e que a idéia de interesse definido em termos de poder se contrapõe às concepções equivocadas de que a política externa dos Estados são determinadas pelos motivos dos estadistas ou por preferências ideológicas. Segundo ele, não existe lugar para preocupações morais e éticas ou para preferências individuais na determinação da política externa, uma vez que as ações dos Estados são restringidas pelo seu poder relativo.